

## Uma bomba nos gastos públicos

*Às vésperas das eleições, o Congresso aproveita a fragilidade do governo e avança em projetos que geram um custo de mais de R\$ 100 bilhões aos cofres da União. Se aprovada, a conta ficará para o próximo presidente e afetará a recuperação da economia*

Gabriel Baldocchi

No quebra-cabeça feito pela equipe econômica para compensar os custos dos subsídios anunciados em resposta à greve dos caminhoneiros, em maio, o governo decidiu encerrar um benefício fiscal aos fabricantes de bebidas na Zona Franca de Manaus. A medida, que representaria uma economia de R\$ 1,8 bilhão aos cofres públicos, acabou derrubada no Senado em julho. Dias antes, deputados aprovaram o novo marco regulatório para as transportadoras, com uma leva de benesses às empresas do setor, como a possibilidade de abatimento dos gastos com pedágios no pagamento de impostos.

O custo fiscal foi estimado em R\$ 27 bilhões ao longo dos próximos anos. Na mesma data, o Congresso reverteu um mecanismo incluído no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO) que vetava reajustes aos servidores públicos em 2019. A menos de três meses da eleição, o ajuste fiscal perde força no Legislativo e abre brecha para o avanço de uma pauta-bomba que pode custar mais de R\$ 100 bilhões aos combalidos cofres da União. A paralisação dos caminhoneiros expôs a fraqueza do governo do presidente Michel

Temer e abriu uma porta para uma irresponsável ofensiva de projetos incoerentes com o quadro atual de déficit.



Eduardo Guardia, Ministro da Fazenda: “Ampliar benefícios fiscais desta maneira me parece algo absolutamente inoportuno” (Crédito: Júlio Zerbato/Futura Press)

Embora muitos deles não devam chegar à fase final de tramitação, o simples avanço causa preocupação diante do rombo atual. “O desafio aumentará caso seja aprovada essa pauta”, afirma Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset Managment. “Boa parte disso foi colocado em detrimento da responsabilidade fiscal. Não houve uma moralização do Orçamento Público após a instituição do teto de gastos.” A postura dos parlamentares é mais importante do que a conta em si. Num ano em que a meta fiscal prevê um déficit de R\$ 159 bilhões, aprovações de novos gastos surgem sem ampla discussão e sem a clareza de que o novo custo será compensado pela anulação de outra despesa. Era essa a intenção, por exemplo, no caso da retirada do incentivo

das bebidas. Serviria para garantir a redução no preço do diesel.

A fragilidade das contas públicas começou a ficar evidente em 2014, quando o governo registrou o primeiro déficit depois de 13 anos no azul. As manobras orçamentárias feitas na gestão da presidente Dilma Rousseff embasaram o pedido de impeachment que a tirou do poder. Desde então, o País mergulhou num quadro de prostração, perdeu o grau de investimento (selo de bom pagador) nas agências de classificação de risco e viu o buraco fiscal se aprofundar. De 2014 a 2016, o Brasil viveu a maior recessão da história.

Mesmo com a expectativa de reformas, as previsões sugerem que a situação fiscal só voltará a ser normalizada daqui a quatro, cinco anos, completando quase uma década de contas públicas no vermelho. A reação a esse quadro foi lançada com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, em 2015. As medidas foram aprofundadas após o impeachment, sob o comando do sucessor Henrique Meirelles, hoje candidato à Presidência pelo MDB. Entre as proposições, Meirelles conseguiu aprovar uma norma constitucional de teto para os gastos. Ele elaborou também uma reforma da Previdência, na





tentativa de frear o item de maior peso na despesa não financeira da União.

Defendendo por meses a pauta de ajuste fiscal, o governo do presidente Michel Temer conseguiu vitórias no Congresso, como o teto de gastos e a reforma trabalhista. Em meio a denúncias de envolvimento no escândalo de corrupção do JBS, porém, não angariou apoio para a revisão das aposentadorias e teve de abandoná-la neste ano. Também deixará para trás a tentativa de privatizar a Eletrobras, praticamente descartada no governo. Com a oficialização de Eduardo Guardia para o cargo do Ministério da Fazenda, em abril, estava claro que o seu maior desafio seria evitar retrocessos no campo fiscal, mais do que avançar. A postura do Congresso agora mostra que a tarefa vai ficando cada vez mais difícil. “Ampliar benefícios tributários desta maneira me parece algo absolutamente inoportuno e tenho a convicção que o Congresso dará a resposta adequada”, afirmou Guardia, em entrevista ao jornal Estado de S.Paulo.

O esforço de articulação é permanente no Legislativo. Num dos projetos mais custosos da chamada pauta-bomba, a compensação por perdas na arrecadação de ICMS voltados à exportação, a Lei Kandir, o governo chegou a apresentar uma versão em que reconhecia a necessidade de repasse de R\$ 3,9 bilhões ao ano. O argumento não convenceu os parlamentares. O

anteprojeto que foi aprovado na comissão mista do Senado manteve a previsão de destinação de R\$ 39 bilhões anuais aos Estados. O texto ainda precisa passar pelo plenário. Pesa a favor do governo o arcabouço institucional contra a criação desmedida de gastos, agora reforçado pela regra do teto. “Nessa transição de governo, têm um trabalho muito bom da equipe econômica atual de não entregar essas regras fiscais como uma bomba-relógio, para que o próximo presidente não tenha de sair resolvendo o curto prazo”, afirma o economista do Itaú Unibanco, Pedro Schneider. “Dá um grau de liberdade para quem assumir escolher qual será a estratégia fiscal.”

Em seus cálculos, que não incluem nenhum dos projetos-bomba, a chance de descumprimento do teto diminuiu em 2019 graças à expectativa de uma inflação maior, que aumenta a margem permitida de dispêndios, e à aprovação da reoneração da folha de pagamentos, na esteira das compensações da greve. A previsão de cortes necessários nas despesas para cumprir o teto caiu de R\$ 27 bilhões para R\$ 7 bilhões, estima o banco. Nessa conta já estão incluídos R\$ 7 bilhões de subsídios na redução do PIS/Cofins do diesel em 2019. Por esse valor é possível entender porque é necessária uma discussão profunda na hora de conceder novos benefícios. Uma vez aprovados, eles são muito difíceis de ser revertidos. A conta das renúncias fiscais está hoje em quase R\$ 300 bilhões,

representando mais de 4% do PIB, quase o dobro da média internacional. Mais de 85% delas não têm prazo definido para acabar. “Vivemos nos últimos anos sob uma pressão do corporativismo do setor público e do setor privado”, afirma o senador Dalírio Beber (PSDB-SC). “O Congresso tem se mostrado sensível a essa pressão do corporativismo” (leia mais em “Vivemos nos últimos anos sob pressão do corporativismo dos setores público e privado” abaixo).

Relator da primeira peça orçamentária do ano que vem, a PLDO, o senador tucano incluiu no texto mecanismos para reforçar a necessidade do ajuste, como a proposta de redução de 10% das renúncias tributárias já em 2019, além de um corte de 5% nas despesas de custeio. Sua intenção era garantir uma transição mais célere ao próximo presidente. O próprio Ministério da Fazenda também já abriu o diálogo de transição e vem recebendo os assessores econômicos dos pré-candidatos à presidência. Em suas declarações, os principais nomes da corrida eleitoral vêm apresentando suas ideias para resolver o déficit. A equipe de Ciro Gomes (PDT), por exemplo, já defendeu o corte de 15% dos subsídios, enquanto Henrique Meirelles (MDB) reforçou a importância de aprovação da reforma da Previdência já em tramitação. Marina Silva (Rede), por outro lado, pretende rever a norma do teto de gastos (leia as declarações no quadro abaixo).



## A PAUTA-BOMBA

O custo dos projetos que podem ser aprovados no Congresso



Refis do Simples

R\$ 7,8 BILHÕES



Refis do Funnul

R\$ 13 BILHÕES



Compensações da Lei Kandir (exportações)

R\$ 39 BILHÕES



Benefício fiscal para transportadoras

R\$ 27 BILHÕES



Venda direta de etanol aos postos

R\$ 2,4 BILHÕES



Reinstauração de benefício ao setor bebidas

R\$ 1,8 BILHÃO



Benefícios fiscais Sudene e Sudam

R\$ 9,3 BILHÕES



Transferência de servidores de ex-territórios da União

R\$ 2 BILHÕES



Derrubada do adiamento a reajuste de servidores em 2019

R\$ 11 BILHÕES



Fonte: Rosenberg Associates

## Dívida pública em % do PIB

2013  
51,5

2023  
94,7

## O TAMANHO DO BURACO

Contas públicas só devem sair do vermelho daqui a cinco anos  
Resultado fiscal (em % do PIB)





**"O Brasil, na questão da economia, é um avião que está indo bater na montanha, algo tem que ser feito. Não adianta querer salvar a União, o Estado ou o município quebrando o cidadão."**

**JAIR BOLSONARO**

PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO PSL



**"O primeiro e maior desafio é o ajuste fiscal, o controle dos gastos públicos."**

**ÁLVARO DIAS**

PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO PODEMOS



**"A proposta de congelar o Orçamento público em 20 anos é uma falta de bom senso em um país com as iniquidades sociais que temos. O que propomos é fazer isso por meio da lei orçamentária."**

**MARINA SILVA**

PRÉ-CANDIDATA À PRESIDÊNCIA PELA REDE



**"Vamos fazer a Reforma da Previdência e aprovar as reformas que evitarão esse crescimento avassalador das despesas obrigatórias do governo, abrindo espaço para investimentos em segurança, saúde, educação e transporte."**

**HENRIQUE MEIRELLES**

PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO MDB



**"O presidente da República tem que ser quem vai reduzir o tamanho do Estado, reduzir gastos."**

**GERALDO ALCKMIN**

PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO PSDB



**"Vou propor um redesenho do pacto federativo do País em troca do redesenho fiscal do País. Fazer um swap da dívida dos Estados em troca do apoio à reforma tributária e previdenciária juntas."**

**CIRO GOMES**

PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO PDT



A consolidação do equilíbrio fiscal é vista pela maioria dos economistas como condição necessária para garantir a estabilidade econômica e abrir

espaço para um crescimento maior. Sem ela, investidores vivem sob constante temor de que o governo não terá dinheiro para honrar seus compromissos, o que, ao final, acaba por aumentar o custo dos

empréstimos, gerar mais inflação e um PIB mais fraco. Basta ver a evolução do endividamento nesse período de déficits. A relação dívida/PIB, que era de 51,5%, em 2013, deve chegar a 94,7% em 2023. "Ajuste fiscal nunca é uma pauta popular", afirma Schneider, do Itaú Unibanco. "Precisamos ter em mente que não fazer o ajuste tem um custo maior em PIB, emprego e renda." Após sair de sua pior recessão da história, o País ainda caminha em ritmo lento de recuperação. Com o impacto da greve dos caminhoneiros e atividade mais lenta, as previsões mais otimistas de crescimento neste ano acabaram frustradas. O Itaú Unibanco, por exemplo, prevê um PIB de 1,3%, menos da metade dos 3% esperados em janeiro (leia mais no texto "Uma ajuda extra para a atividade econômica" abaixo).

Em meio a esse cenário, um evento como a pauta-bomba chama ainda mais atenção. O pacote de bondades é recorrente. Costuma aparecer em final de mandatos e próximo do período eleitoral. Embora encontre terreno fértil na impopularidade recorde do presidente Temer, não é exclusividade deste governo. O ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, soube operar bem os projetos que oneravam os cofres federais no jogo contra a gestão de Dilma Rousseff. No início de 2016, Cunha desengavetou projetos que geravam um custo aproximado de R\$ 200 bilhões. Naquela época, o então vice-presidente Michel Temer era o responsável pela articulação







política do Executivo e chegou a rebater a tese de pauta-bomba. Agora, tornou-se vítima dela. “É uma combinação de um poder Executivo fraco e a ação oportunista dos parlamentares”, afirma Rafael Cortez, cientista político da Tendências Consultoria. “É uma expressão de como a falta de poder pode prejudicar a consolidação das contas públicas.”

Não à toa, a capacidade de articulação política dos candidatos à presidência está sendo analisada de perto pelo mercado. A análise é de que não adianta ter disposição para fazer reformas e o ajuste se não é possível reunir apoio no Legislativo para tal. As dificuldades nesse sentido começam a aparecer. Na quarta-feira 18, o líder das pesquisas de intenção de votos, deputado Jair Bolsonaro (PSL), viu seu convite ao general da reserva Augusto Heleno (PRP) ser recusado pela sigla. Ele já ouvira um não de senador Magno Malta (PR), seu nome preferido para a composição da chapa. Independente de quem se consagrar vitorioso nas urnas em outubro, há um consenso de que os primeiros meses são o período ideal para aprovar as reformas impopulares. A dúvida é se o sucessor poderá contar com a contribuição dos parlamentares atuais para conseguir iniciar o trabalho o mais rápido possível.

**“Vivemos nos últimos anos sob pressão do corporativismo dos setores público e privado”**

Leia a entrevista com o senador Dalírio Beber (PSDB-SC), relator

do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO):



***Enquanto o seu relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 tentou incorporar mecanismos de prudência fiscal, há novos projetos avançando que elevam gastos. Não é um contrassenso?***

Não resta dúvida que o propósito da nossa relatoria era criar mecanismos para dar um freio de arrumação nessa questão. Temos em torno de R\$ 300 bilhões de renúncias fiscais e mais de 85% de todos esses benefícios são por prazo indeterminado. Hoje tudo que se arrecada vai para despesa. Inserimos na própria LDO que o atual governo encaminhasse medidas legais para reduzir 10% dos R\$ 300 bilhões já em 2019. O corporativismo foi muito pernicioso nesses últimos 20 anos, não só do setor público, mas também do setor privado. Fazem pressão e o Congresso tem se manifestado sensível à pressão do corporativismo. Temos de dar um grito. Essa foi a mensagem que emergiu do relatório.

***Quando cai o mecanismo que vedava o reajuste aos servidores, não parece que o Congresso está insensível a essa questão?***

Vivemos nos últimos anos sob pressão do corporativismo dos setores público e privado. Não adianta atender uma categoria, tem de analisar todo o universo de

servidores para garantir que tenham uma política equilibrada. As corporações conquistam as melhorias para si, mas aprofundam o desequilíbrio com outras. O próximo governo tem de fazer uma revisão geral e criar políticas duradouras para não ficar a cada dia tendo que apagar um incêndio.

***Como o sr. avalia o fato de que o Congresso está criando esses novos benefícios?***

Quero crer que o Executivo vai, através do instrumento do veto, cortar inúmeros benefícios que estão sendo aprovados. É forçoso que o Executivo tenha mecanismos para fazer a aferição do benefício e também estamos recomendando que nenhum deles seja concedido com prazo maior do que cinco anos e de forma decrescente.

***O senhor fala do poder das corporações. Como vencer essa batalha?***

O chamamento é de que possamos fazer tudo isso no primeiro semestre de 2019. Aí não tem razão nenhuma de ficar temendo o processo eleitoral. Tudo isso não adiantará se não conseguirmos fazer a reforma da Previdência, que produz R\$ 280 bilhões de déficit ao ano. É a reforma das reformas.

***Os projetos da pauta-bomba já estavam em discussão, por que avançaram agora?***

O corporativismo se encarrega de analisar o melhor momento de fazer com que a pressão dê resultado. É fruto de uma cultura que assimilamos. No que diz respeito a essas questões de nível





de Congresso e de governos, é sabido que no período pré-eleição é mais fácil sensibilizar que as demandas são justas. Se olhar a demanda em si, até se concorda que é justa, mas quando se acredita que está fazendo justiça, está, na verdade, aprofundando as diferenças. A convocação para um ano sabático era para que os brasileiros se convencessem da necessidade de fazer profundas reformas.

***Não faltam regras para inibir gastos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o teto das despesas, a regra de ouro...***

Todos esses mecanismos foram criados pelo Parlamento e, muitas vezes, nós é que nos esquecemos da existência deles, criando mecanismos para permitir o atendimento de demandas que são muito mais fruto de pressão do que do convencimento do que é de fato o melhor ao Brasil.

### **Uma ajuda extra para a atividade econômica**

Diante das dificuldades de encontrar soluções efetivas para estimular o crescimento da economia, o presidente Michel Temer assinou, na segunda-feira 16, um decreto antecipando para agosto o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário de aposentados e pensionistas do INSS. A decisão de pagar mais cedo 50% do valor do benefício, vai injetar R\$ 21 bilhões na economia, de acordo com estimativas do governo federal. A segunda metade do décimo terceiro salário será liberada em novembro. Antecipar esse pagamento para tentar aquecer o consumo vem sendo uma prática corriqueira. O governo decidiu por uma antecipação semelhante em 2017. A expectativa era que R\$ 19,8 bilhões chegassem mais cedo aos bolsos dos consumidores. Em maio deste ano, a Câmara dos Deputados aprovou uma Medida Provisória (MP) que permitiu liberar recursos dos programas sociais PIS e Pasep para todos os cotistas, beneficiando tanto os

trabalhadores do setor privado quanto os servidores públicos.

A prática de liberar recursos dos fundos sociais vem sendo recorrente no governo Temer. O maior movimento nesse sentido ocorreu em 2016, com a liberação de 18,6 milhões de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os saques, que provocaram filas nas portas das agências da Caixa Econômica Federal, visavam inicialmente proporcionar um impulso de R\$ 40 bilhões à economia brasileira. Os resultados superaram essa estimativa. Segundo a Caixa, entre os dias 10 de março e 31 de julho de 2017 foram pagos R\$ 44 bilhões em recursos do FGTS. O banco informou também que 25,9 milhões de trabalhadores foram beneficiados. Os recursos ajudaram a melhorar o desempenho do varejo. No entanto, o resultado para a economia ficou aquém do esperado, pois os recursos também foram usados para pagar débitos, devido ao endividamento elevado do brasileiro, que ainda permanece elevado.

## **TCU faz objeções ao edital e vê risco à concorrência em leilão da Norte-Sul**

Por Daniel Rittner e Murillo Camarotto | De Brasília

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) quer que o leilão da Ferrovia Norte-Sul só ocorra quando houver clareza absoluta de como serão resolvidas as disputas em torno do direito de passagem dos trens da futura concessionária pelos trilhos de outras operadoras que dão acesso aos portos marítimos de Itaqui (MA) e de Santos (SP).

Sem isso, o próprio TCU aponta riscos de que a licitação seja "economicamente inviável para novos entrantes" no setor e haja disputa apenas entre as empresas que já controlam o acesso aos portos: a Rumo (dona da Malha Paulista) e a Vale (controladora da Estrada de Ferro Carajás e, por meio da VLI Logística, acionista do trecho norte da Norte-Sul).

O relatório sobre a concessão da ferrovia, obtido pelo Valor, pode frear os planos do governo de leiloar a Norte-Sul se suas propostas de encaminhamento forem acatadas pelos ministros do tribunal. O leilão é uma das grandes apostas do governo para a reta final de mandato do presidente Michel Temer na área de infraestrutura e está programado para o último trimestre de 2018.

Outros aspectos foram identificados pelos auditores como potenciais fontes de problemas e fazem parte de uma lista de determinações de ajustes que devem ser feitos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no edital definitivo do projeto.

A versão preliminar do edital prevê um lance mínimo de R\$ 1,097 bilhão pela concessão da ferrovia por 30 anos. Vence quem oferecer o maior valor de outorga, que será paga em prestações anuais ao longo do contrato.

Mais de 90% dos 1.537 quilômetros de extensão da ferrovia que serão concedidos entre Porto Nacional (TO) e Estrela D'Oeste estão prontos. Um dos lotes das obras remanescentes ainda está sob responsabilidade da estatal Valec, que prometia concluir tudo até setembro deste ano, mas uma das construtoras decidiu rescindir unilateralmente o contrato e o prazo não será cumprido. Por isso, um dos pontos levantados pela área técnica do TCU é a fixação no contrato de uma data-limite para o término efetivo das obras públicas porque qualquer atraso impactará o início das operações ferroviárias.

Pelas regras do edital, quem ganhar o leilão precisará assumir as obras em outros três lotes não

concluídos pela Valec e gastar em torno de R\$ 175 milhões com essas pendências. Os auditores do tribunal, porém, fazem um alerta importante: esse valor pode subir.

Inspeções anteriores do TCU detectaram que a brita usada pelas empreiteiras contratadas da Valec em três lotes estão fora das especificações e possivelmente terão que ser substituídas. O custo da intervenção já foi estimado pela estatal em R\$ 103 milhões, mas esse número é incerto. Pode haver a necessidade de troca dos trilhos e dormentes, com desmontagem e remontagem da superestrutura. "Conclui-se, então, que os valores previstos no Capex para a conclusão dos lotes 4S, 5S e 5SA podem estar subdimensionados", diz o relatório técnico.

Ajustes de cálculo também fizeram os auditores do tribunal sugerirem uma redução do material rodante que deverá ser adquirido pela futura concessionária. Projeta-se uma redução de 14 locomotivas e 416 vagões do número de equipamentos exigidos inicialmente. Isso diminui a estimativa de investimentos e pode aumentar o valor de outorga pedido.

Na proposta de encaminhamento aos ministros do órgão de controle, a área técnica quer uma





determinação de que a ANTT "se abstenha" de publicar o edital definitivo enquanto não esclarecer "como pretende atuar no caso de conflito entre concessionárias por eventual ausência de capacidade das ferrovias" pelas quais os trens da Norte-Sul terão que passar para ter acesso aos portos.


O leilão deverá ser realizado

apenas depois de assinados os termos aditivos aos contratos da ANTT com as demais concessionárias que prevejam "condições para o exercício do direito de passagem" em seus trilhos. Esses aditivos devem estipular uma tarifa-teto e uma reserva de capacidade para que as composições da Norte-Sul passem por outras malhas.

## Sem acesso ao mar

Os trechos da Ferrovia Norte-Sul

 Operado pela VLI

 Trecho que o governo quer leiloar

 Outras ferrovias

**R\$ 2,8 bilhões...**

é o valor previsto pela ANTT para investimentos da futura concessionária

**R\$ 1,097 bilhão...**

é o valor mínimo de outorga sugerido pela ANTT





## **Renovação de concessão é mal negociada, diz especialista**

Por Daniel Rittner e Murillo Camarotto | De Brasília

O governo está subestimando as exigências de investimentos das concessionárias de ferrovias para a prorrogação antecipada de seus contratos e jogando fora uma oportunidade única de modernização do setor, argumenta o economista Bernardo Figueiredo, ex-presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Idealizador do plano de concessões lançado na administração da petista Dilma Rousseff em 2012, ele não se opõe ao modelo em si de renovação dos contratos, mas critica os valores negociados pelo governo como contrapartida e a falta de soluções para problemas históricos das ferrovias.

"A prorrogação das concessões é o único instrumento que se tem hoje para alavancar investimentos em ferrovias. Então, precisamos fazer isso com o máximo de cuidado. Não podemos dar mais 40 anos de contrato para um sistema ficar no padrão do século XIX. Se essas questões não forem resolvidas agora, só poderão ser atacadas novamente em 2057."

Os contratos atuais expiram entre 2026 e 2028. Para renová-los,

o governo obrigará as concessionárias a construir por sua conta e risco duas grandes obras: um trecho de 383 quilômetros da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) em Mato Grosso e o Ferroanel de São Paulo. São exigências feitas à prorrogação antecipada das concessões da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Vitória-Minas, pertencentes à Vale, e da MRS Logística.

Para o especialista, é muito pouco. De acordo com ele, seria possível arrancar até quatro ou cinco vezes mais investimentos, chegar potencialmente a algo próximo de R\$ 30 bilhões em contrapartidas. Com isso, Figueiredo sustenta que uma lista mais ampla de obras poderia estar sendo contemplada: não apenas o contorno da região metropolitana de São Paulo, mas também o projeto completo da Fico (que tem 880 quilômetros de extensão), a conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), a construção de uma ferrovia no Pará e a reativação da linha São Paulo-Porto Alegre - que hoje está praticamente abandonada.

"Não discuto o mérito da proposta [do governo], mas como estão chegando a esses valores", diz o ex-presidente da EPL. Ele pretende participar da audiência pública a ser aberta pela Agência

Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutir o assunto. "A Norte-Sul, por exemplo, foi precificada em R\$ 1 bilhão no leilão e tem 1% da carga de Carajás."

A EFC foi recentemente duplicada pela Vale e a União teria inclusive que indenizá-la por investimentos não amortizados caso pegasse de volta o ativo ao final do contrato. No entanto, segundo o especialista, bastam quatro a cinco anos de cobrança de frete com a movimentação atual de carga pela ferrovia para deixar o negócio com valor presente líquido positivo. Ou seja, ela estaria sendo avaliada incorretamente.

Figueiredo ressalta que a questão não gira em torno simplesmente de obras, mas de soluções logísticas. Sem a criação de alternativas para escoar minérios e grãos até os portos, não se tem queda do frete. A Fico, segundo ele, deverá levar mais trens para os mesmos caminhos de hoje: a EFC (em direção ao porto maranhense de Itaqui) e a Rumo Malha Paulista (caminho de Santos).

"Não se constrói ferrovia como um fim em si mesmo. O objetivo final é baixar custo de frete, custo logístico, mas isso não acontece se são as próprias operadoras ferroviárias que se apropriam dos ganhos", afirma. Hoje, por falta de opções logísticas, as donas dos





trilhos são acusadas de praticar tarifas muito próximas ao frete cobrado pelos caminhoneiros. "O risco é gastar bilhões de reais numa obra e não ter frete mais barato porque são as mesmas duas ou três empresas que detêm o acesso aos portos."

Figueiredo aponta ainda três questões aparentemente ausentes dos novos contratos e que poderiam aumentar a concorrência no setor: definição mais clara sobre direito de passagem (quando o trem de uma operadora pode passar pela malha de outra), fortalecimento da figura do operador ferroviário independente (que não é dono dos trilhos e oferece o serviço de transporte de carga por vagões próprios) e cláusulas para forçar a reativação de trechos inativos das malhas já concedidas.

## ‘Principal demanda da eleição será crescimento’

Por Sergio Lamucci | De São Paulo



Luiz Carlos Mendonça de Barros: "Como é que o sujeito ganha uma eleição complicada como essa e vai prometer sangue, suor e lágrimas? Não tem espaço para isso".

O Brasil se aproxima das eleições presidenciais num cenário em que a principal demanda da população deverá ser a volta do crescimento, diz o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, que vê com preocupação o risco de recaída em soluções populistas. O desempenho ruim da economia, num quadro marcado pelo alto desemprego, desgastou muito a agenda de disciplina fiscal e de reformas, avalia ele.

"Como é que o sujeito ganha uma eleição complicada como essa e vai prometer sangue, suor e lágrimas? Não tem espaço para isso", afirma Mendonça de Barros. Para ele, discussões sobre ajuste fiscal e privatizações terão pouquíssimo apelo numa eleição em que a grande demanda será por crescimento.

Uma novidade que deverá afetar o cenário político, porém, é o acordo entre o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) com o Centrão, acredita ele. O acerto é importante por esvaziar a candidatura de Ciro Gomes (PDT), diz Mendonça de Barros, que considera a vitória do ex-governador do Ceará como a grande ameaça de volta das políticas populistas de esquerda que, segundo ele, levaram o país à atual crise. "O meu grande medo era o Ciro Gomes eleito, por ser um sujeito com uma visão sobre economia absolutamente inaceitável."

O maior risco do ambiente atual é a possibilidade de vitória de candidatos populistas, que prometam medidas para acelerar a atividade econômica a qualquer custo, diz Mendonça de Barros. O acordo de Alckmin com o Centrão, porém, tende a diminuir bastante a chance do Ciro, podendo até colocar num segundo turno novamente os candidatos do PT e do PSDB, avalia o ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso.

Mendonça de Barros vê o apoio do Centrão como uma "vitória extraordinária" do ponto de vista eleitoral de curto prazo, mas pondera que alguns pontos têm que ser analisados com cautela. "O acordo consolida uma aliança com o que há de pior na política brasileira e cuja agenda não inclui os pontos principais do que representa a

candidatura de Alckmin", diz ele, numa referência ao compromisso com a disciplina fiscal e as reformas. É preciso ver como a população vai reagir ao acerto, lembra Mendonça de Barros, acrescentando que a aliança não resolve a questão da governabilidade - será necessário ver como compatibilizar a agenda de reformas do tucano com a agenda dos partidos do Centrão. "A leitura [do apoio do bloco] precisa ser feita com cuidado", diz ele. "O acordo precisa passar pelo crivo da opinião pública. É uma aliança realmente estranha."

Ao falar do cenário político brasileiro, Mendonça de Barros mostra pessimismo. "Eu acho que está tudo muito desorganizado. Não há referência nenhuma", afirma ele, para quem o Congresso que sairá das eleições de outubro será ainda pior que os anteriores. A polarização entre PT e PSDB ficou para trás e hoje há algo cinco partidos do mesmo tamanho, com "cinquenta e poucos deputados", diz o ex-ministro.

Para Mendonça de Barros, ou bem o país encontra alguma saída pela racionalidade na economia e na política, ou haverá uma crise. "O que me assusta é a inconsistência entre o que precisa ser feito, o que o Congresso estará disponível a dar e o que a sociedade está esperando", resume ele, que também foi presidente do Banco Nacional de





Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo FHC.

Mendonça de Barros vê o fim de um ciclo político no país. A polarização entre PSDB e PT foi uma referência por quase três décadas, segundo ele. A orientação da política econômica de curto prazo se manteve ao longo de um período relativamente extenso, com disciplina fiscal e política monetária conservadora. E, a partir de meados da década passada, o país foi ajudado pelo boom dos preços de commodities, o que contribuiu para acelerar o crescimento.

Entre 1996 e 2002, nos dois governos de FHC, o país cresceu a uma média de 3%, diz ele, usando números a partir do segundo ano do primeiro mandato do tucano. A taxa média subiu para um pouco mais de 4% nos anos Lula. Já na média dos governos Dilma Rousseff e Michel Temer, a média cai para zero. No diagnóstico de Mendonça de Barros, os erros cometidos, em especial pela ex-presidente Dilma Rousseff, que esticou ao máximo uma bolha de consumo, levaram à recessão que fez o PIB cair 3,5% em 2015 e mais 3,5% em 2016. Os excessos, evidenciados por uma demanda doméstica que crescia aceleradamente, não foram corrigidos pela petista.

O governo de Temer, que assumiu com uma agenda de reformas, estancou a sangria, mas não conseguiu engatar uma retomada mais forte, afetado principalmente pela deterioração das condições políticas depois da denúncia de Joesley Batista, da JBS.

Ao analisar um período mais longo, entre 1996 e 2018, o ritmo anual de crescimento da economia brasileira ficou em apenas 2,4%, destaca Mendonça de Barros. "É muito pouco", diz ele. "Numa sociedade desigual como a nossa, isso deixa marcas profundas."

Mendonça de Barros vê uma atividade econômica hoje anêmica, que se enfraqueceu ainda mais depois da greve dos caminhoneiros. A paralisação teve um impacto muito negativo sobre a confiança de empresários e consumidores. "Foi tudo para o chão", afirma ele, ressaltando ainda que o movimento dos juros de longo prazo. "As taxas mais longas estão hoje muito mais altas do que antes. Nós vamos ter nos últimos três meses do ano uma taxa talvez até menor do que nós tivemos nos primeiros três meses." No primeiro trimestre, o PIB cresceu 0,4% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal.

No entanto, Mendonça de Barros diz ver um fator positivo que, se bem administrado, pode ser um trunfo para o próximo presidente: a grande ociosidade existente na economia. "Há um hiato muito grande", diz Mendonça de Barros, hoje presidente do conselho da Foton Brasil, que fabrica caminhões. Há uma enorme folga no mercado de trabalho e, com a fraqueza da economia, o país tem um déficit em conta corrente muito baixo, inferior a 1% do PIB. O Brasil tem produzido elevados saldos comerciais, num momento em que as importações crescem pouco.

Para ele, um presidente que tenha

um programa crível de ajuste fiscal não precisará adotar medidas muito duras logo de início, podendo aproveitar a retomada cíclica da economia, ocupando a grande ociosidade existente. "Você não precisa de tanto investimento no começo. Recupera pelo consumo", afirma Mendonça de Barros, destacando a importância de que esse processo seja bem administrado. É preciso, segundo ele, soltar o crédito e não adotar de imediato medidas de ajuste fiscal muito severas. Um programa crível para equilibrar as contas públicas já controlaria as expectativas.

Ainda assim, há a questão política a ser resolvida. "Como é que o candidato vencedor vai operar o sistema político?", questiona Mendonça de Barros, para quem o risco maior seria um segundo turno entre Ciro e Jair Bolsonaro (PSL). Hoje, porém, esse desfecho parece menos provável.

E é possível falar em fim do ciclo político de polarização entre PT e PSDB depois do acordo de Alckmin com o Centrão, que traria uma possibilidade um pouco maior de uma eleição novamente concentrada na disputa entre tucanos e petistas? "Sim. A aliança do PSDB com o Centrão é uma prova de que o ciclo político do passado acabou", responde ele. Antes, esses partidos vinham por gravidade, e na discussão e aprovação de medidas pontuais, diz Mendonça de Barros. "Agora, é uma aliança eleitoral muito mais forte. A natureza é diferente de quando Fernando Henrique e Lula tinham o comando efetivo do jogo político."